

Discurso proferido pelo Deputado  
GERALDO RESENDE (PMDB/MS),  
em sessão no dia 28/11/2007.

## **A VIOLÊNCIA NA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O que me motiva hoje a usar esse espaço é a necessidade de fazer um apelo dramático aos nobres pares, às autoridades, enfim, à sociedade brasileira. Diz respeito à violência que se instalou nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, sobretudo na Reserva de Dourados onde os homicídios estão cada vez mais rotineiros e onde a ausência do poder público está cada vez mais patente.

Segundo a Fundação Nacional de Saúde, Funasa de Mato Grosso do Sul, em 2001, ocorreram 22 assassinatos em aldeias daquele Estado; em 2002, foram 20, número repetido em 2003; em 2004, ocorreram 16 mortes violentas; em 2005, foram 22 e em 2006, 14 indígenas foram assassinados.

Já neste ano, até o dia 19 de novembro, 29 índios tiveram morte violenta, somente no município de Dourados. No mesmo período, aconteceram 79 ocorrências como atropelamentos, estupros, ferimentos por arma de fogo, espancamentos, entre outras, e mais de uma centena de ocorrências motivadas por vias de fato e cerca de duas dezenas de prisões de jovens indígenas envolvidos com o tráfico de drogas, furtos e roubos.

Mais grave ainda é o fenômeno incompreensível do pouco valor dado à própria vida, eis que, confinados nos limites de sua reserva territorial e sem perspectivas promissoras de futuro, os jovens indígenas cometem suicídio, em números mais que alarmantes, tornando-se banalizado esse comportamento.

Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, a verdade é que nas aldeias indígenas de todo Mato Grosso do Sul, há uma onda de crimes sem

precedentes na história das comunidades indígenas. A Aldeia Amambai, por exemplo, uma das mais populosas da região de fronteira com cerca de 10 mil índios, está sendo usada como corredor para o tráfico de drogas já que fica localizada em ponto estratégico para os traficantes que trazem para o Brasil a maconha produzida do Paraguai.

Em situação semelhante vivem as comunidades indígenas das demais cidades de fronteira, onde a insegurança virou um problema crônico e passou a fazer parte do cotidiano das etnias atikum, guarani ñandeva, guarani kaiowá, guató, ofaié, kadiwéu, kamba, kinikinau e terena, todas elas estabelecidas em Mato Grosso do Sul.

Esta triste realidade tem levado as lideranças indígenas de meu Estado quase que ao desespero. Inúmeros encontros, audiências, reuniões e visitas de autoridades não tem trazido sequer uma redução no número de mortes. Documentos e mais documentos atestam a falta de segurança e chamam atenção para os rotineiros assassinatos, estupros, formação de gangues, assaltos, tráfico e uso de drogas no interior das aldeias.

A verdade é que as lideranças indígenas demonstram, a cada novo encontro, a cada novo documento, uma revolta cada vez maior e por isso socorro à Funai,

Polícia Federal, Ministério Público Federal, Polícia Militar e Polícia Civil unirem forças para colocar fim ao caos que se instalou nas aldeias de Mato Grosso do Sul.

Já não bastavam os sobressaltos e constrangimentos a que nós, sul-mato-grossenses e em, especial, aos douradenses, fomos submetidos no início de 2005, com o recrudescimento das mortes de crianças indígenas por desnutrição, fato que se tornou manchetes em jornais de todo o mundo, agora estamos na iminência de novamente voltarmos a ser notícia mundial, e outra vez, com fatos negativos. Infelizmente, esse é o único prognóstico que podemos fazer, pois as aldeias indígenas de meu Estado estão na iminência de uma explosão de violência sem precedentes.

Tal constatação nos leva à pergunta, inevitável: o que fazer? Propostas é que não faltam. Uma delas, já explicitarei por meio da imprensa, que é a de criação de uma delegacia especializada em assuntos indígenas, por meio de uma parceria entre os governos federal e estadual, onde atuariam policiais federais e estaduais, com o objetivo de se fazer o trabalho preventivo e punitivo. Volto a insistir nessa alternativa, sabendo, porém, que isso não é a panacéia que resolverá o problema. Aliado a isso, é necessário apoiar as

atividades desenvolvidas pelos indígenas, como implantação de lavouras de mandioca, milho, verduras, criação de pequenos animais (galinhas, peixes, suínos, etc), produção de artesanatos e incentivo às tradições que podem se tornar atrações turísticas.

Tudo isso, claro, deve ser feito por meio da distribuição de sementes, adubos, auxílio técnico no preparo das terras, fornecimento de combustível, treinamento de mão-de-obra, e, principalmente, apoio na comercialização.

E se dou essa vertente econômica, é por acreditar, como muitas outras pessoas, que a violência, em sua maior parte, é resultado da falta de perspectiva de vida, de futuro, a ociosidade, a falta de preparo profissional e, até mesmo, de espaços para a prática de atividades sadias de lazer e de cultura.

A par de propor uma discussão séria e aprofundada sobre essas questões, tenho procurado, dentro das minhas limitações, ajudar no que está ao meu alcance. Tanto assim, que junto com o deputado Fernando Gabeira, apresentamos uma emenda que soma a R\$ 700 mil reais, para a construção da primeira Vila Olímpica Indígena do país, na Reserva de Dourados; o objetivo não é difícil de os senhores e senhoras entenderem.

Também venho cobrando, já com sinal verde do ministro da Educação, Fernando Haddad, a construção de um novo prédio para a Escola de Ensino Médio “Guateka”, também na reserva douradense, que foi desativada porque, feita de sapé e pau-a-pique, estava desabando sobre a cabeça dos alunos.

Tenho conversado com vários indígenas e nos próximos dias, estaremos reencaminhando propostas com essa finalidade, no anseio de que nossa voz, nem que seja por alguns segundos, seja ouvida e acatada, naquilo que a sociedade brasileira julgar como positivo para uma vida melhor para as nações indígenas.

Grato pela atenção.

**GERALDO RESENDE**  
Deputado Federal (PMDB-MS)